

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/37216	48427/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DF - DFOP - DIVISÃO		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



RESOLUÇÃO

Processo: 44635/2025

Resolução com número e data apresentados na margem

Procedimento: Segurança e salubridade das edificações

Presidente da Câmara Municipal de Braga.

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Assunto: Segurança e salubridade das edificações - execução de obras de conservação de fachada de edifício - audiência dos interessados

Local da obra: Rua Nova de Santa Cruz, n.º 291 - São Victor, Braga Portugal

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2025/35832 de 5 de Novembro de 2025.

RESOLUÇÃO

Tendo em consideração que, de acordo com o artigo 89.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), na sua redação atual, a Câmara Municipal pode a todo o tempo, oficiosamente ou a requerimento de qualquer interessado, determinar a execução de obras de conservação necessárias à correção de más condições de segurança, de salubridade e ao arranjo estético, bem como ordenar a demolição total ou parcial das construções que ameacem ruína ou ofereçam perigo para a saúde pública e para a segurança das pessoas, sendo o proprietário, perante o Município, o único responsável pela realização das mesmas, propõe-se a notificação dos proprietários das frações autónomas do prédio em regime de propriedade horizontal para, no prazo de 15 dias úteis, encetarem diligências tendo em vista a execução de obras de conservação da fachada do prédio, por forma a mitigar o risco decorrente para a segurança de pessoas e bens.

Da notificação deverá fazer-se constar que, caso não adotem/executem urgentemente as medidas tidas por necessárias para garantir a segurança de pessoas e bens, esta edilidade poderá intimá-los à execução das referidas obras, nos termos e para efeitos dos artigos 89 e ss, do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, na sua redação atual, sendo o incumprimento do ato punido como crime de desobediência, ao abrigo do artigo 100.º, do citado diploma.

Ademais, o incumprimento legitima também esta edilidade a executar coercivamente as obras objeto de intimação, a expensas dos proprietários, aplicando-se com as devidas adaptações, os artigos 107.º e ss., do RJUE.

Como ato prévio, propõe-se seja dado cumprimento ao princípio do direito de audição, nos termos do artigo 121.º e ss., do CPA, na sua redação atual.

Conhecimento à Proteção Civil.

À Consideração Superior.



Município de Braga, à data da assinatura eletrónica.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

